

ALGUNS ASPECTOS SOBRE A EDUCAÇÃO NO BRASIL

OTAVIANO HELENE

Instituto de Física, USP

A situação da educação no Brasil é de calamidade. Mas, qual a dimensão dessa calamidade? Onde ela se mostra de forma mais marcante? Como ela afeta as diferentes camadas da população? Responder a essas perguntas básicas - assim como a muitas outras não formuladas - ou pelo menos apontar alguns caminhos para as respostas, é fundamental para que possamos traçar as principais linhas da batalha pela melhoria da educação nacional.

1. A REALIDADE NACIONAL

Um primeiro aspecto a considerar é como o Brasil se compara com outros países. A Tabela 1 mostra alguns dados que permitem essa comparação. A segunda coluna dessa tabela mostra, para alguns países, o montante das despesas governamentais com educação. O contraste é nítido e terrível: enquanto os países mais desenvolvidos gastam centenas de dólares por habitante por ano com educação, os países mais atrasados, e portanto mais carentes em educação, gastam poucas dezenas. (É importante observarmos que esses dados referem-se a despesas governamentais. Em alguns países, especialmente os não socialistas, as despesas familiares com educação são importantes. No caso do Brasil estas despesas são, a grosso modo, da mesma ordem que as despesas governamentais.)

A terceira e a quarta colunas dessa tabela mostram a consequência da preocupação governamental com a educação. Enquanto nos países que melhor cuidam da educação da população os índices de analfabetismo são baixos - e 1% ou 2% de analfabetismo deve estar mais relacionado a aspectos culturais ou a realidades econômicas e sociais de décadas atrás, quando também a realidade educacional era diferente, do que à carência de recursos -, nos países onde a educação é relegada a planos mais distantes amarga-se índices bastante altos. O mesmo efeito ocorre com a escolaridade de terceiro grau que é bem mais alta nos países que destinam maiores recursos à educação.

A última coluna da Tabela 1 mostra os índices de mortalidade

de infantil objetivando ilustrar a forte correlação entre este índice e os relativos à educação. Esta correlação é obviamente esperada, uma vez que ambos os indicadores - de saúde e educação - apenas refletem a realidade sócio-econômica da população.

País	Despesa governamental anual com educação por habitante (US\$)	Índice de analfabetismo (%)	Escolaridade de 3º grau (%)	Índice de mortalidade infantil (‰)
EUA	650	1,0	56	11
Japão	514	0,8	30	7
RDA	416	-	30	12
URSS	328	1,5	21	-
Cuba	190	9	20	18
Venezuela	141	19	21	45
México	135	17	15	60
Argentina	98	5	28	47
Chile	93	8	12	33
Brasil	76	25	12	82
Equador	62	21	35	86
Colômbia	37	15	11	59
Peru	30	19	16	94
Haiti	5	71	0,9	121

TABELA 1 - Despesa governamental com educação, índice de analfabetismo e escolaridade de 3º grau. Fonte: "L'Etat du Monde 1983", Editions La Découvert/Maspero, Paris, 1983. Os dados correspondem a 1982 ou ao ano anterior mais próximo. Deve-se observar que o índice de analfabetismo não se refere ao total da população, mas apenas àquela fração da população na faixa etária que poderia já ter tido acesso à alfabetização e não teve. O mesmo ocorre com o índice de escolaridade de terceiro grau.

Medidas demagógicas, como a Emenda Calmon recentemente sancionada, não vão alterar a realidade brasileira. Essa Emenda obriga a União a destinar 13% da arrecadação de impostos à educação. Isso é significativo? Ora, segundo o IBGE (Anuário Estatístico do Brasil, edições de 1980 a 1983) em 1978 a União arrecadou 282,5 bilhões de cruzeiros tendo destinado 37,5 bilhões à educação, ou seja, 13,3%. Em 1979 essa porcentagem foi 12,6%, em 1980 foi 11,0%, em 1981 foi 14,8% e em 1982 foi 15,7%. Ou seja, a União já vem gastando com educação valores bem próximos, quando não superiores, ao estabelecido pela Emenda Calmon. É importante observar que a Emenda Calmon fala em gastos com educação em geral, incluindo aí pesquisas relacio-

nadas à educação, gastos com pessoal inativo, escolas militares, custos de operação de crédito entre outras, além de todas as atividades já previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Assim não se pode confundir - como a imprensa fez à época em que a lei foi sancionada - gastos com educação com o orçamento do MEC, que é da ordem de 75% a 80% do total de gastos da União com educação e cultura. Outra "sutileza" é que a Emenda Calmon fala em 13% da arrecadação de impostos, que corresponde a cerca de 80% do total de recursos da União.

No que diz respeito à obrigatoriedade de destinar à educação um mínimo de 25% dos recursos obtidos por arrecadação de impostos pelos Estados e Municípios, ocorre o mesmo. De fato os Estados têm destinado à educação quantias superiores a 30% do imposto arrecadado e os municípios quantias ainda bem maiores que essa. O que se discute é como fazer os cálculos sobre os impostos arrecadados pela União e depois repassados aos Estados e Municípios. Faça-se a conta como se quiser nada vai mudar, por causa da Emenda Calmon, na realidade da educação nacional.

11. ENSINO SUPERIOR E VESTIBULAR

Quando se fala em crise na educação brasileira os meios de comunicação de massa tendem a projetá-la no ensino superior e no acesso a ele, o vestibular. Ora, o vestibular é apenas um sintoma da doença que sofre a educação. Chamar a atenção para ele, especialmente tentando passar a idéia falsa de que há em geral mais candidatos do que vagas no ensino superior, é realmente agir no sentido de desinformar.

De fato a educação superior no Brasil é deficiente. No entanto a questão não é de quantidade mas sim de qualidade. A tabela 2 mostra alguns dados relativos ao percurso do estudante desde o fim do segundo grau até a conclusão do terceiro. O primeiro ponto a chamar a atenção nessa tabela é quanto à relação entre o número de estudantes que concluem o 2º grau e o número de vagas em cursos superiores. Atualmente cerca de 500 mil estudantes concluem o 2º grau no Brasil, havendo cerca de 400 mil vagas em cursos superiores. No entanto em muitos casos o 2º grau é um curso terminal, o que faz com que muitos que o concluem não sejam candidatos a uma vaga em curso superior. Assim, se há um excesso de candidatos em relação ao número de vagas oferecidas, esse valor é limitado a poucos pontos percentuais.

A constatação de que a questão do vestibular não é quantita

tiva mas sim qualitativa, pode ser feita em definitivo comparando-se o número de vagas com o número de matrículas nos primeiros anos de cursos superiores. Se considerarmos que muitos dos matriculados nos primeiros anos de cursos superiores são repetentes, ou estudantes que trancaram anteriormente a matrícula, chegamos à conclusão que há de fato muitas vagas ociosas. E se há vagas ociosas é porque elas são indesejadas (por corresponderem a profissões pouco atraentes, e, scolas ruins, pagas).

Ano	Conclusão do 2º grau (no ano anterior)	Vagas em cursos superiores		Matrículas no 1º ano de cursos superiores	Total de matrículas em cursos superiores	Conclusões de cursos superiores
		Públicas	Particulares			
1978	464	119	284	332 ^e	1.226	200
1979	499	122	280	355 ^e	1.312	223
1980	509	127	278	361	1.326	228
1981	546	139	278	383 ^e	1.393	198

TABELA 2 - Conclusões do 2º grau, vagas, matrículas e conclusões no curso superior, em milhares de pessoas. Fontes: Anuário Estatístico do Brasil, IBGE, edições 1980 a 1983; Coordenadoria de Informática da Secretaria de Educação Superior. Os valores com índices "e" são estimativas.

Uma outra conseqüência desse fato é notada verificando-se o número de estudantes em cursos superiores que tentam uma nova vaga. Nos vestibulares do Cesgranrio cerca de 44% dos candidatos já estavam frequentando um curso superior. No vestibular da Fuvest de 1985 cerca de 38% dos aprovados na primeira fase já estavam, ou já tinham estado, também matriculados em algum curso superior. Esses fatos mostram que há vagas em cursos superiores que são inaceitáveis pelos estudantes. Responsabilizá-los por essa dupla ocupação de vagas é desviar a atenção do problema básico. O aspecto mais relevante que faz com que um estudante venha a ocupar mais do que uma vaga, ou a ser contado mais do que uma vez nas estatísticas de matrículas nos primeiros anos, é a qualidade do ensino superior. Seria uma aberração obrigar os estudantes a cursarem faculdades pagas, de má qualidade e de interesse profissional duvidoso, quando eles podem conseguir algo melhor. A "solução" indicada pela USP, de proibir os alunos já matriculados em seus cursos de virem a ocupar novas vagas, é inocente ou mal intencionada. Tal "solução", se adotada em nível mais amplo, teria como efeito um grande aumento da indústria do curso.

Outro indicador importante da realidade do ensino superior é a relação entre o total de formandos e o total de vagas nas escolas públicas e particulares. A Tabela 3 mostra esses valores para os anos de 1980 e 1981, no caso dos formandos, e de 1976 e 1977, no caso do número de vagas. Obviamente nem todos os que se formaram em 1980 ou 1981 iniciaram o curso em 1976 ou 1977, uma vez que há cursos com diferentes durações e pessoas que levam mais tempo para se formar. No entanto a relação entre esses números permite estimar comparativamente as eficiências do ensino público e do ensino privado. Como é indicado na Tabela 3 a eficiência do ensino público, medida pela relação entre formandos e vagas, é bem superior à eficiência do ensino privado.

Total de vagas (1976-1977)		Total de formandos (1980-1981)	
Públicas	Privadas	Públicas	Privadas
106 - 109	276 - 285	81 - 79 (74%)	141 - 142 (50%)

TABELA 3 - Total de vagas nos anos de 1976 e 1977 e total de formandos em 1980 e 1981, em milhares. Os percentuais indicados correspondem à relação entre formandos e o número de vagas. Fonte: Coordenadoria de Informática da Secretaria da Educação Superior.

Essas observações e constatações mostram que o problema do ensino superior no Brasil é, antes de mais nada, de qualidade.

3. EVASÃO ESCOLAR E ESCOLARIDADE

A situação do ensino superior no Brasil é apenas parte da precariedade da educação formal em todos os níveis. Essa precariedade tem conseqüências mais dramáticas no ensino básico, especialmente no 1º grau, por estar este mais fortemente relacionado à qualidade de vida e de trabalho da maioria da população.

Alguns dados retratam o que ocorre, em geral, com a educação no Brasil. A Figura 1 mostra o número de estudantes matriculados nas diversas séries nos três graus de ensino. Dentro de cada uma das colunas da Figura 1 é indicada, em termos percentuais, a relação entre o número de estudantes em cada série e o número de habitantes com a idade correspondente. Assim, por exemplo, há cerca de 4,7 milhões de estudantes matriculados na 1ª série do primeiro grau, para uma população de aproximadamente 2,9 milhões de crianças na faixa etária

de 7 - 8 anos. Essa situação aparentemente paradoxal apenas mostra que, seja por causa do abandono da escola durante o ano, seja por causa de reprovação, as crianças são matriculadas sucessivas vezes na 1ª série do 1º grau.

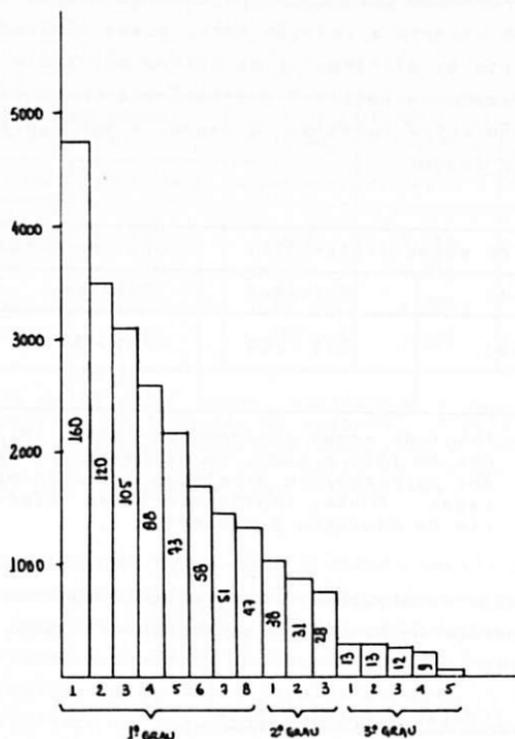


Figura 1 - Número de alunos matriculados nas várias séries dos três graus de ensino em 1980, em milhares. Os números internos às colunas correspondem à relação entre matrículas e população em cada faixa etária, em %. O fato desses valores serem algumas vezes superiores a 100 é explicado no texto. Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, Fundação IBGE, 1983.

Esses números superiores a 100% para as três primeiras séries do 1º grau, ao contrário de indicar uma eficiência do ensino, mesmo porque há cerca de 5,1 milhões de crianças entre 7 e 14 anos que não frequentam escolas, indicam sua ineficiência: por razões variadas, entre as quais a sócio-econômica tem papel preponderante, a estrutura do ensino brasileiro é incapaz de propiciar um aprendizado adequado, ainda que esse adequado possa se referir a um padrão baixo de aproveitamento.

A taxa de aprovação no primeiro grau, em relação às matrículas no início do ano, é de aproximadamente 65%. Ou seja, por reprovação ou abandono da escola, 35% dos alunos não são promovidos para séries superiores. Como conseqüência disso a faixa etária dos alunos nas diversas séries do ensino é inadequada. A Tabela 4 ilustra esse fato. Por exemplo, na 1ª série do primeiro grau 39% dos alunos tem mais que 8 anos. Outra maneira de notarmos isto é a variação da idade média dos alunos: da 1ª para a 2ª série do primeiro grau a idade média dos alunos aumenta de 1,7 anos!

1ª série (crianças com mais de 8 anos)	39%
2ª série (crianças com mais de 9 anos)	52%
3ª série (crianças com mais de 10 anos)	56%
4ª série (crianças com mais de 11 anos)	58%

TABELA 4 - Porcentagem de alunos com idade inadequada nas 4 primeiras séries de 1º grau. Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, Fundação IBGE, 1983.

Uma conseqüência grave do que ocorre com o ensino básico hoje é a escolaridade média (esperada) do brasileiro adulto. Se for considerado como escolaridade a matrícula, freqüência e aprovação, um adulto teria, nas condições atuais de ensino no Brasil, uma escolaridade média de 3 anos. Se essas exigências são relaxadas e considera-se a freqüência parcial à escola, mesmo não se obtendo a aprovação, essa escolaridade média seria de cerca de 4 anos.

A Tabela 5 ilustra a evolução escolar da população ao longo de 16 anos, mostrando o número de matrículas e de conclusões de curso. Dessa tabela vemos que apenas 17% dos que estiveram matriculados na 1ª série do primeiro grau concluíram a 8ª série; 12% concluíram a 3ª série do segundo grau; e 5,6% concluíram algum curso superior.

	Matrícula no início do 1º ano	Conclusão do curso
Primeiro grau	350 ^e (1966)	603 (1973)
Segundo grau	580 ^e (1974)	435 (1976)
Superior	350 ^e (1977)	198 (1981)

TABELA 5 - Matrícula no início do 1º ano de cada grau escolar e conclusão posterior do curso. Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, Fundação IBGE, edições de 1980 a 1983. Os índices "e" indicam estimativas e os números entre parênteses o ano.

4. E QUEM TEM ACESSO AO ENSINO?

É desnecessário dizer que o ensino, como qualquer outro bem produzido pela sociedade brasileira, é distribuído de modo não uniforme, acompanhando a grosso modo a própria distribuição injusta e aberrante da renda. No entanto, seria interessante termos alguma idéia quantitativa sobre quem tem e quem não tem acesso ao ensino.

A Tabela 6 mostra a atividade das crianças entre 7 e 14 anos, segundo a classe de renda. Dessa tabela vemos que 24% das crianças nessa faixa etária não frequentam escola (6,7% que se dedicam exclusivamente ao trabalho mais 17,3% que não tem nenhuma atividade). Como é de se esperar essa situação de abandono é mais grave quanto menor a renda familiar. Assim, das crianças provenientes de famílias com rendas inferiores a 2 salários mínimos, 34% não frequentam escola; das crianças provenientes de classes sociais menos marginalizadas, no caso com renda familiar superior a 2 salários mínimos, a fração de crianças fora da escola é de 13%. É assustador, nessa tabela, a quantidade de crianças entre 7 e 14 anos sem nenhuma atividade: 3682 mil, representando uma fração de 17,3% do total de crianças nessa faixa etária.

Essa relação econômica não ocorre obviamente apenas no ensino básico de 1º grau. Durante todo o processo de educação vai-se descartando ao longo dos anos aqueles provenientes dos extratos mais desfavorecidos da população e concentrando-se os recursos sobre os mais favorecidos economicamente. Assim, enquanto a renda familiar mensal média de alunos do primeiro grau é de cerca de 4 salários mínimos, a de estudantes em cursos superiores é aproximadamente 10 salários mínimos.

Renda familiar	Total	Só frequentando escola	Só trabalhando	Frequentando escola e trabalhando	Fora da escola e do trabalho
Menos de 2 salários mínimos	11405 100%	6801 59,6%	1097 9,6%	769 6,7%	2738 24,0%
Mais de 2 salários mínimos	9843 100%	8111 82,4%	335 3,4%	452 4,6%	944 9,6%
Total	21248 100%	14912 70,2%	1432 6,7%	1221 5,7%	3682 17,3%

TABELA 6 - Condição de atividade de crianças entre 7 e 14 anos segundo a renda familiar mensal. Dados relativos a 1979. Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, Fundação IBGE. Os dados são em milhares.

O processo de seleção para cursos superiores mostra também esse efeito. A Tabela 7 mostra a distribuição de renda dos inscritos e dos aprovados na primeira fase do vestibular da Fuvest nos anos de 1984 e 1985. Dessa tabela conclui-se que a probabilidade de aprovação de estudantes provenientes das faixas mais favorecidas economicamente (no caso os 8,6% mais ricos) é cerca do dobro daquela dos estudantes provenientes das faixas mais desfavorecidas (no caso os 18,1% mais pobres). Outra maneira de notarmos isto é comparando a renda média dos estudantes inscritos com a dos estudantes aprovados na 1ª fase, que é de 92 e 108 ORTN respectivamente. A valores de janeiro de 1986 esses valores correspondem a cerca de 7,3 milhões e 8,6 milhões de cruzeiros. Devemos observar que essa variação na renda média dos estudantes, de cerca de 20%, é muito significativa e deve ser entendida do ponto de vista global: uma pequena variação na média significa um corte acentuado daqueles de menor poder aquisitivo e um grande favorecimento daqueles das camadas mais privilegiadas.

Porcentagem dos inscritos	Porcentagem dos chamados na 1ª fase	Renda familiar mensal (ORTN)
18,1	12,3	atê 35
29,8	25,4	de 35 atê 68
18,8	19,8	de 68 atê 99
11,2	11,8	de 99 atê 134
7,7	9,9	de 134 atê 168
5,5	8,4	de 168 atê 213
2,9	4,5	de 213 atê 271
1,8	2,6	de 271 atê 348
2,6	3,8	mais que 348
1,3	1,4	não declarado

TABELA 7 - Distribuição de renda dos estudantes inscritos e aprovados na 1ª fase do vestibular da Fuvest. Os dados apresentados correspondem a uma composição dos resultados dos questionários respondidos pelos estudantes inscritos nos vestibulares de 1984 e 1985. As correções foram feitas em função dos valores da ORTN nos meses de inscrição. Fonte: Relatório Fuvest, 1984 e 1985.

5. CONCLUSÃO

É essa a situação do ensino no Brasil. Poucos recursos, propostas demagógicas, altíssimas taxas de evasão escolar, ensino precário, vagas ociosas no ensino superior, escolaridade média baixíssima da população, abandono das camadas mais pobres da população e um processo seletivo baseado no poder aquisitivo da população.

E como tem evoluído essa situação com o tempo? A Tabela 8 mostra a grosso modo alguns dados recentes. Considerando que para permanecer inalterada a situação seria necessário um crescimento das matrículas igual ao crescimento da população, que é da ordem de 3% ao ano, vemos que com excessão do ensino de 2º grau tem havido uma diminuição real da educação no país.

	1º grau	2º grau	3º grau
1978	21473	2519	1226
1982	22297	2875	1203
Evolução anual média	+1%	+3,4%	-0,5%

TABELA 8 - Número total de matrículas (em milhares) nos três graus de ensino e variação anual média. Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, Fundação IBGE, edições de 1980 à 1983.

NOTA:- Este texto foi preparado antes do pacote econômico de Fevereiro/1986. Assim, todas as referências a valores financeiros têm por base padrões e indicadores adequados à época.